Elaborado em: março de 2026

RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES DE CONTROLE - RAAC 2025

CGE
Controladoria
Geral do Estado

GOVERNO DE GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

COLABORADORES

SECRETÁRIO CHEFE DA CGE
Marcos Tadeu de Andrade

SUBCONTROLADOR DE AUDITORIA INTERNA E CONTROLE
Luís Henrique Crispim

AUDITORIA INTERNA DE HARMONIZAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA
Antônio Fábio Jubé Ribeiro

AUDITORIA INTERNA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - AIDSU
Fernanda Cristina Batista Bernardes

AUDITORIA INTERNA DE MOBILIDADE E REGULAÇÃO - AIMR
José Augusto Carneiro

AUDITORIA INTERNA DE SEGURANÇA PÚBLICA - AISP
Cíntia Maria Gondim Villac

AUDITORIA INTERNA POLÍTICAS ECONÔMICAS E DE GESTÃO - AIPEG
Luciene Xavier Vidal

AUDITORIA INTERNA DE POLÍTICAS SOCIAIS E INOVAÇÃO - AIPSI
Ellysson Fernandes Rosa

ESCRITÓRIO DE PROJETOS SETORIAL
Yuri Fernandes Bragança de Faria

ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO JUNTO À SEDUC
Geovanni Maciel Gonçalves

GERÊNCIA DE ANÁLISE FISCAL - GEAF
Elaine de Fátima Aires

CGE Controladoria Geral do Estado

GOVERNO DE GOIÁS O ESTADO QUE DÁ CERTO

GERÊNCIA DE AUDITORIA DA EXECUÇÃO DE CONTRATOS - GEAEC

Juliana Osório Siqueira

GERÊNCIA DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE E DESEMPENHO - GEACD

Fernanda de Mendonça Fernandes

GERÊNCIA DE AUDITORIA DE MONITORAMENTO - GEAMON

Vânia Cristina Gonçalves da Silva

GERÊNCIA DE AUDITORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS - GEAPP

Helem dos Santos Cunha Assunção

GERÊNCIA DE AUDITORIA DE GOVERNANÇA PÚBLICA - GEAGP

Lucimar Prado e Silva

GERÊNCIA DE AUDITORIA EM GESTÃO DE RISCOS - GEAGR

Alline Ferreira Agapito Miranda

Diagramação: Comunicação Setorial | CGE Goiás
Elaborado em: março de 2026

CGE Controladoria Geral do Estado

GOVERNO DE GOIÁS O ESTADO QUE DÁ CERTO

SUMÁRIO

1. **APRESENTAÇÃO** **5**
2. **COMUNICAÇÃO E REPORTE À ALTA GESTÃO** **7**
3. **EXECUÇÃO DAS AUDITORIAS PREVISTAS NO PAAC** **9**
4. **IMPACTOS E DESAFIOS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE** **13**
   4.1 IMPACTOS OBSERVADOS NA GOVERNANÇA PÚBLICA
   4.2. DESAFIOS NA EXECUÇÃO: CAPACIDADE RESTRITA E DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS
5. **RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E CONCLUÍDAS** **16**
6. **BENEFÍCIOS** **18**
7. **INDICADORES DA AUDITORIA** **21**
8. **ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO** **26**
9. **CAPACITAÇÕES** **28**
10. **PROGRAMA DA QUALIDADE** **29**
11. **LIÇÕES APRENDIDAS** **30**
    11.1. PLANEJAMENTO E DEFINIÇÃO DE PRAZOS
    11.2. DIMENSIONAMENTO DE EQUIPE E SUPORTE INSTITUCIONAL
    11.3. COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO COM OS ÓRGÃOS ATENDIDOS
    11.4. ADAPTAÇÃO DA METODOLOGIA AO NÍVEL DE MATURIDADE DO ÓRGÃO
    11.5. MELHORIA CONTÍNUA DOS INSTRUMENTOS E FERRAMENTAS
    11.6. VALORIZAÇÃO DO APRENDIZADO E DO ESFORÇO COLETIVO
12. **CONCLUSÃO** **32**

ANEXOS **33**

1.APRESENTAÇÃO

O **Plano Anual de Ações de Controle (PAAC)** 2025 da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE), elaborado no âmbito da Subcontroladoria de Auditoria Interna e Controle (SAIC), é o instrumento de planejamento das ações de controle prioritárias do exercício, em consonância com as diretrizes da Portaria nº 163/2024-CGE, que estabelece parâmetros para a estruturação, execução e governança das ações de controle no ciclo anual. Nesse contexto, o **Relatório Anual das Ações de Controle (RAAC)** 2025 consolida a execução do PAAC, registrando resultados, ajustes e evidências que permitem analisar a aderência entre o planejado e o realizado, subsidiando o aprimoramento do planejamento e da atuação institucional.

O PAAC 2025 direciona a atuação da CGE considerando diretrizes estratégicas, expectativas da alta administração e das partes interessadas, além de critérios técnicos como riscos significativos, materialidade, relevância, criticidade, complexidade do negócio e capacidade operacional (recursos e horas disponíveis). Assim, o plano organiza as ações previstas — **auditorias (avaliações), consultorias e inspeções** — com foco em agregar valor à gestão, fortalecer o controle interno e promover melhorias na governança pública. Ressalta-se que as inspeções, embora conduzidas à época pela Superintendência de Ações Estratégicas (SUPAE), permaneceram integradas ao conjunto de ações de controle da CGE e os resultados dessa ação de controle também serão apresentados neste RAAC, reforçando transparência e clareza quanto aos procedimentos adotados. A partir de junho de 2025, essas ações de controle passaram a vincular-se à Subcontroladoria de Operações Especiais.

A estrutura de execução desse plano considerou a organização institucional decorrente do **Decreto nº 10.218/2023**, que instituiu as **Auditorias Internas Especializadas (AIEs)**, favorecendo a especialização temática e a melhor distribuição dos trabalhos. De modo complementar, registra-se a atuação de unidades tecnicamente vinculadas à CGE, como a **Assessoria de Controle Interno da Secretaria da Educação (SEDUC)**, que contribui para a supervisão e a execução de ações de controle no âmbito da Pasta.

Para a organização e priorização das demandas, as ações de controle do PAAC 2025 são classificadas em três categorias, conforme a Portaria nº 163/2024-CGE:

Obrigatórios: Demandas decorrentes de imposição legal, constitucional ou compromissos assumidos em exercícios anteriores.

Essenciais: Objetos selecionados via análise de risco e alinhamento estratégico, considerados fundamentais para a mitigação de falhas graves na gestão.

Desejáveis: Ações que, embora importantes para o aperfeiçoamento institucional, possuem prioridade secundária em relação à capacidade operacional disponível.

O **Universo de Auditoria** adotado para 2025 foi composto pelos **Macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte da Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás**, e a seleção dos objetos essenciais seguiu metodologia de avaliação e ranqueamento de riscos, incluindo associação dos riscos aos macroprocessos, cálculo de nível de risco, consideração de fatores de integridade/fraude e riscos estratégicos, e seleção final de macroprocessos com maior criticidade. O plano também prevê a absorção de **demandas extraordinárias**, com possibilidade de execução por horas destinadas a demandas extras e, quando necessário, substituição de trabalhos previamente programados, reconhecendo a dinâmica do ciclo anual.

Como elemento de orientação estratégica, o PAAC 2025 manteve a correlação dos objetos auditáveis com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com os pilares do Ranking de Competitividade dos Estados (CLP), alinhando as ações de controle a resultados de governança e impacto social.

Para viabilizar a execução do plano, o PAAC explicitou o dimensionamento de capacidade e a alocação de horas. Em 2025, os servidores da SAIC e da SOE atuaram diretamente na execução das ações de controle, totalizando 41.918,20 horas executadas distribuídas entre apoio, avaliação, consultoria, monitoramento, inspeção, capacitação e gestão da qualidade, atividades gerenciais e demandas extraordinárias.

Além de detalhar o grau de execução das ações de controle previstas no PAAC, este RAAC consolida as atividades incorporadas ao longo do exercício em função de necessidades identificadas durante o ano e de reorientações de prioridade, bem como sistematiza os resultados do monitoramento das recomendações, os benefícios apurados em 2025 e os principais indicadores de desempenho da Auditoria Interna.

Na sequência, o relatório apresenta a análise dos impactos e desafios verificados na execução, com destaque para planejamento, gestão e mensuração da força de trabalho, além de registrar avanços em capacitação e gestão da qualidade, consolidando evidências que subsidiam o planejamento do ciclo seguinte e o aprimoramento contínuo da Auditoria Interna.

2.COMUNICAÇÃO E REPORTE À ALTA GESTÃO

Com o objetivo de assegurar transparência, tempestividade e alinhamento institucional, a Subcontroladoria de Auditoria Interna e Controle (SAIC) adota um plano de reporte que define quais informações/indicadores são comunicados, a periodicidade e os públicos-alvo. Esse fluxo de comunicação complementa a execução do PAAC/RAAC, apoiando a tomada de decisão da Alta Gestão e o acompanhamento do desempenho da atividade de auditoria interna ao longo do exercício.

O quadro a seguir sintetiza os principais reportes gerenciais previstos. Quando o reporte ocorrer por meio de reunião, recomenda-se o registro por memória de reunião ou encaminhamento formal (e-mail/processo), resguardando a rastreabilidade da comunicação.

Documento / Indicador	Periodicidade de geração	Documento / evidência	Responsável	Público-alvo (principal)
Plano Anual de Ações de Controle (PAAC)	Anual	Processo SEI (PAAC)	Auditores-Chefes/ Gerentes	Conselho de Governo, CSCI e TCE
Alinhamento e acompanhamento dos trabalhos (OS)	Quinzenal	Reuniões/atas ou memórias	Auditores-Chefes	Subcontrolador - SAIC
Pontos críticos que requeiram urgência	Imediato (sob demanda)	Comunicação imediata + registro mínimo (memória/e-mail/ processo)	Auditores-Chefes / Gerentes	Subcontrolador - SAIC e Secretário-Chefe
Relatório Quadrimestral de Gerenciamento de Riscos	Quadrimestral	Relatório + memória de reunião	Subcontrolador - SAIC / Comitê Setorial	Subcontrolador - SAIC
Grau de Satisfação – equipes técnicas das pastas auditadas	Semestral	Relatório PAQ-Controle	GEAMON	Subcontrolador - SAIC e Secretário-Chefe
Grau de Satisfação – pastas auditadas (alta gestão)	Anual	Relatório PAQ-Controle	GEAMON	Subcontrolador - SAIC e Secretário-Chefe

Documento / Indicador	Periodicidade de geração	Documento / evidência	Responsável	Público-alvo (principal)
Execução do orçamento da Auditoria Interna	Anual (com revisão semestral)	Relatório de Execução do Orçamento	AIHGE / SGI	Subcontrolador - SAIC e CSCI
Indicadores estratégicos (ex.: IDA, IECTA, eficácia das recomendações)	Anual (com consolidações ao longo do ano quando aplicável)	SIG	Subcontrolador - SAIC / GEAMON / Auditores-Chefes	Subcontrolador - SAIC e Secretário-Chefe
Taxa de execução do PAAC e ações não planejadas	Quadrimestral	SIG	Subcontrolador - SAIC Assessoria	Subcontrolador - SAIC e Secretário-Chefe

3.EXECUÇÃO DAS AUDITORIAS PREVISTAS NO PAAC

O **PAAC 2025** reuniu um portfólio de ações de controle estruturado em **ações obrigatórias**, **essenciais** e **desejáveis**, contemplando serviços de avaliação e consultoria, monitoramentos e inspeções. As atividades realizadas concentraram-se na mitigação de riscos relevantes e no aprimoramento da governança e da eficiência administrativa, em alinhamento às diretrizes estratégicas do Estado.
No âmbito das **avaliações**, foram planejados e executados trabalhos prioritários, como:

Obrigatórias:

Consolidação do Relatório do Órgão Central de Controle Interno para compor as Contas Anuais do Governador (Resolução nº 07/2018-TCE-GO); análise dos aspectos formais dos demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO, bimestral) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF, quadrimestral); Análise e acompanhamento da situação fiscal das contas públicas do Estado; monitoramento do atendimento às Solicitações de Ações de Controle (SAC's) e Informativos de Ações de Controle (IAC's); e finalização de trabalhos pendentes de 2024, como a auditoria de desempenho no processo de concessão de aposentadoria (GOIASPREV). Foram realizadas 47 Auditorias Baseadas em Riscos, nas instituições que participam do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás. Além disso, foram apresentados os resultados das auditorias realizadas em 2024, referentes à gestão de créditos da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, ao Programa Regulariza Campo e à alimentação escolar.

Essenciais:

Auditoria de desempenho no processo de inspeção de produtos de origem animal, auditoria de conformidade nos contratos das Escolas do Futuro (SECTI, macroprocesso Gestão da Educação Profissional); auditoria no macroprocesso de Gestão da Infraestrutura e Operações de Transportes, com foco na Metrobus e análise da Gestão Tributária referente aos programas Fomentar e Produzir (Secretaria da Economia).

Desejáveis:

Auditoria de desempenho para avaliar a eficácia e eficiência dos programas/projetos/ações implementadas pela Polícia Militar para promover a saúde mental dos policiais (PMGO); avaliação da atuação da SEAPA em relação ao controle das vazões e monitoramento da Barragem do PARANÃ (macroprocesso Gestão do Desenvolvimento da Agricultura); e avaliação do Projeto de Implantação do Monitoramento da Qualidade do Ar (macroprocesso Gestão da Qualidade Ambiental e o Uso Sustentável, conforme orientações do Ministério do Meio Ambiente).

Quanto às **consultorias**, o plano priorizou agregar valor às políticas públicas por meio de ações de orientação, treinamento, assessoramento e facilitação, como:

Obrigatórios:

Finalização de trabalhos pendentes de 2024, como a consultoria de facilitação em gestão de riscos para a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e apresentação dos resultados da consultoria de assessoramento ao Batalhão Maria da Penha (PM) e consultoria para auxiliar na implementação do Plano ABC + Goiás (coordenado pela SEAPA macroprocesso Gestão do Desenvolvimento da Agricultura).

Essenciais:

consultoria em gestão de riscos para projetos estratégicos na Gestão de Telecomunicações (SGG); ações de controle para aprimorar a gestão na Gestão da Educação Superior (UEG) e consultoria de orientação na Gestão de Mineração e Geologia (SIC) .

Desejáveis:

Consultoria para elaboração de manual de controle de despesas por natureza (Casa Civil, macroprocesso Gestão de Logística Pública); consultoria à Vice-Governadoria para indicar programas a serem aperfeiçoados (macroprocesso Gestão da Estratégia Organizacional); consultoria junto à CCMA para soluções padronizadas em impasses jurídicos (macroprocesso Proteção Jurídica do Estado); consultoria de prestação de contas das leis de fomento à cultura (macroprocesso Gestão da Cultura); assessoramento ao Grupo de Trabalho da Concessão do Terminal Rodoviário de Goiânia (macroprocesso Infraestrutura e Operações de Transportes);

consultoria para Nova RMTC (macroprocesso Infraestrutura e Operações de Transportes); consultoria para gestão de fiscalização de contratos de eventos (macroprocesso Gestão de Logística Pública); consultoria de treinamento em gestão de riscos para o Escritório de Compliance da JUCEG (macroprocesso Gestão do Desenvolvimento Organizacional e da Inovação); da Iquego (macroprocesso Gestão do Desenvolvimento Organizacional e da Inovação) e da Casa Militar; consultoria de assessoramento na política de ressocialização da pessoa presa e egresso (DGPP); consultoria de treinamento em gestão e fiscalização de contratos (DGPP); e capacitação em gestão de riscos para titulares de unidades básicas, complementares, conselheiros administrativos e fiscais, coordenadores e membros de Escritórios de Compliance (transversal).

Adicionalmente, o ciclo de 2025 manteve a realização das avaliações do **II Prêmio Governança**, com o objetivo de reconhecer e disseminar boas práticas de gestão em todo o Poder Executivo estadual.

Durante o exercício, ajustes foram promovidos para atender demandas estratégicas da CGE e inspeções oriundas do **Projeto Monitoramento Total**, garantindo o alinhamento contínuo das ações de controle às prioridades governamentais e aos novos contextos de risco identificados.

Do total de avaliações e consultorias previstas, foram **concluídas 236 ações de controle**, distribuídas em:

116 ★ avaliações

sendo 47 baseadas em riscos, 47 relativas à conclusão do Prêmio Governança, 10 análises formais de demonstrativos fiscais (RREO, RGF e CONSOLIDADO), 5 Boletins de Análise Fiscal, 1 consolidação de relatórios anuais, 4 auditorias de conformidade e 3 auditorias de desempenho;

120 consultorias

das quais 100 de orientação, 8 de treinamento, 8 de assessoramento e 4 de facilitação.

As análises detalhadas comparando as ações planejadas no PAAC 2025 com os resultados efetivamente alcançados, segmentadas por unidade de auditoria interna, encontram-se detalhadas no **Anexo deste documento**.

Esse anexo reúne duas tabelas de consolidação das ações de controle realizadas. A primeira apresenta as ações vinculadas ao PAAC, contendo os escopos previstos no plano anual, que podem ter originado uma ou mais ordens de serviço para sua execução. A segunda contempla as ações não vinculadas ao PAAC, reunindo exclusivamente as ordens de serviço abertas para atendimento de demandas não previstas no planejamento anual.

Em conjunto, essas informações permitem visualizar de forma objetiva a relação entre o planejamento e a execução das ações de controle, bem como identificar as demandas extraordinárias atendidas ao longo do exercício.

4.IMPACTOS E DESAFIOS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE

A execução do Plano Anual das Ações de Controle (PAAC) 2025 produziu impactos relevantes na governança pública estadual, ao mesmo tempo em que evidenciou desafios estruturais de capacidade operacional e necessidade de reequilíbrio entre planejamento e demandas emergentes. Ao longo do exercício, a atuação da Subcontroladoria de Auditoria Interna e Controle (SAIC) manteve o foco em aprimorar processos, reduzir exposições a riscos e elevar a conformidade, mesmo diante de restrições de recursos humanos e de alterações de prioridades institucionais.

4.1 Impactos observados na governança pública

4.1.1. Aprimoramentos em processos e controles

As ações de controle conduzidas em 2025 contribuíram para o fortalecimento de rotinas administrativas e para a qualificação de controles internos, especialmente por meio de consultorias e atividades de apoio técnico que orientaram áreas finalísticas e de suporte na revisão de procedimentos, clareza de papéis, padronização de práticas e melhoria na qualidade da documentação e evidências. Esse efeito é potencializado, uma vez que as consultorias são direcionadas à prevenção de falhas e à correção de fragilidades antes que se convertam em irregularidades ou perdas.

Esse aprimoramento também pode ser observado nas auditorias de conformidade e de desempenho, que, além de avaliarem a aderência aos normativos vigentes e a eficiência e eficácia de ações institucionais, atuam na identificação das causas das fragilidades verificadas, contribuindo para a implementação de ações estruturantes e para o aperfeiçoamento dos processos.

4.1.2. Redução de riscos e apoio à tomada de decisão

O alinhamento das ações aos macroprocessos institucionais, aliado à integração com abordagens de risco, favoreceu uma atuação mais preventiva, contribuindo para a identificação de pontos críticos e para o endereçamento de riscos relevantes à entrega de políticas públicas e serviços. A execução de atividades de gestão de riscos e monitoramento reforçou a capacidade de antecipação e resposta da Administração, apoiando decisões gerenciais com base em evidências e em critérios de priorização técnica. A tomada de decisão baseada em riscos abrangeu tanto o nível corporativo quanto o estratégico e, em algumas instituições, também os ambientes de projetos, especialmente aqueles que envolvem contratações públicas.

4.1.3. Aumento de conformidade e integridade institucional

As auditorias (consultorias e avaliações), inspeções, monitoramentos e ações de qualidade contribuíram para elevar o nível de conformidade com normas e diretrizes institucionais, além de reforçar práticas de integridade e accountability. O monitoramento de recomendações e determinações, aliado às avaliações de qualidade, favoreceu a regularidade administrativa e o aperfeiçoamento contínuo dos produtos de auditoria, ampliando a confiabilidade e a consistência dos trabalhos.

4.1.4. Entregas e resultados globais

Mesmo com limitações de pessoal, a SAIC registrou um volume expressivo de entregas no exercício, com a conclusão de 236 trabalhos (116 avaliações e 120 consultorias), o que evidencia a capacidade de resposta e a manutenção da agenda de controle, especialmente em atividades consultivas e de apoio à gestão.

4.2. Desafios na execução: capacidade restrita e demandas extraordinárias

4.2.1. Número restrito de auditores e limitação de força de trabalho

O principal desafio estrutural observado em 2025 foi a limitação de recursos humanos diante do volume e da complexidade das demandas. A restrição do quantitativo de auditores, associada ao aumento de solicitações e à condução simultânea de diferentes frentes de trabalho, dificultou o cumprimento integral do planejamento anual, exigindo reprogramações e realocações contínuas de equipe. Essa condição impactou de forma mais significativa as atividades que demandam maior tempo de campo, maior profundidade analítica e ciclo completo de auditoria, especialmente as avaliações e inspeções.

Esse cenário também se reflete no desempenho global de execução das horas previstas no PAAC, que alcançou **97,47%** do total planejado. Observa-se que algumas atividades superaram as metas estabelecidas, enquanto outras apresentaram execução inferior ao previsto, especialmente aquelas que demandam maior presença em campo e maior esforço analítico. Esses resultados evidenciam os efeitos da limitação da força de trabalho e a necessidade de constantes ajustes na alocação de esforços ao longo do exercício.

4.2.3. Complexidade, interdependência e necessidade de articulação com áreas

Outro fator que impacta prazos e cronogramas é a interdependência dos trabalhos de auditoria em relação à disponibilidade de informações, agendas e maturidade de processos nas unidades auditadas. Auditorias e inspeções frequentemente dependem de acesso a dados, documentos, sistemas e interlocutores, o que pode ocasionar maior duração do ciclo de trabalho. Nesse contexto, a articulação com gabinetes e alta gestão torna-se elemento crítico para eliminar entraves e viabilizar entregas tempestivas, especialmente quando há barreiras de acesso às informações ou necessidade de decisões gerenciais para encaminhamentos.

5.RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E CONCLUÍDAS

No exercício de 2025, foram monitorados **77 processos**, resultando em um universo de **208 recomendações**.

Recomendações Concluídas:

129

(62% do total emitido)

Recomendações em Monitoramento:

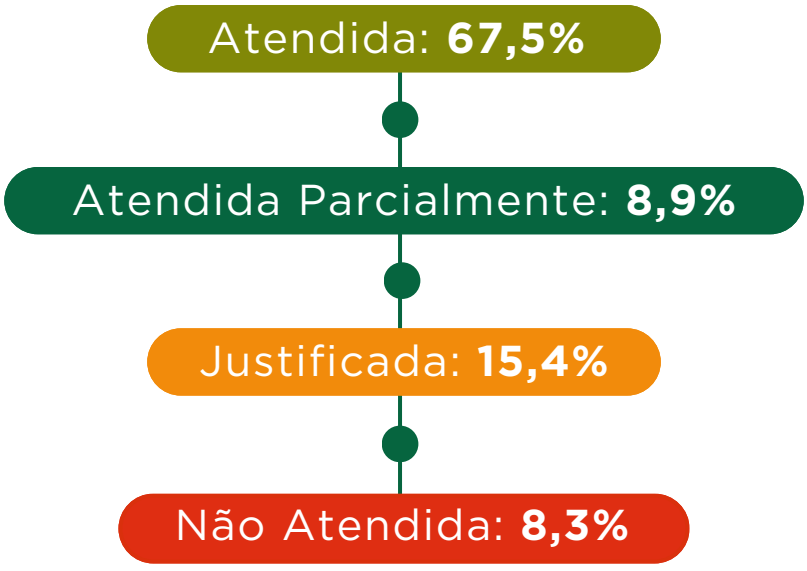
79

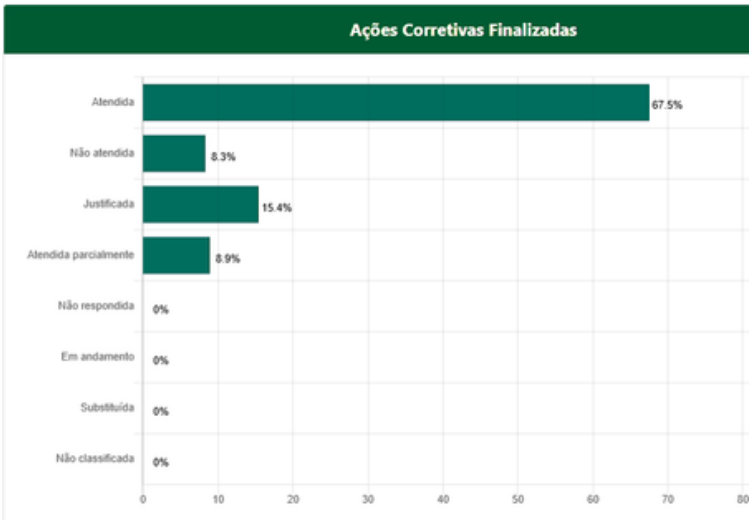
(38% permanecem em acompanhamento)

Processos Encerrados:

54 de 77

(70% de taxa de conclusão de processos)





A taxa de **resolução positiva** (Atendidas + Justificadas + Parcialmente Atendidas) atinge **91,8%,** o que demonstra um alto compromisso dos gestores com as ações recomendadas pela auditoria e com o aprimoramento dos processos administrativos.

Esse desempenho gera impactos relevantes para a administração pública, destacando-se:

Fortalecimento do Controle Interno:
Com **67,5%** de atendimento integral, houve uma efetiva mitigação de riscos e correção de falhas processuais.

Transparência e Accountability:
O índice de **15,4%** de recomendações "Justificadas" mostra um diálogo técnico saudável, onde a impossibilidade de implementação é fundamentada, mantendo a integridade do processo.

Redução de Desperdícios:
Recomendações atendidas geralmente resultam em **melhor aplicação de recursos públicos e otimização de rotinas administrativas.**

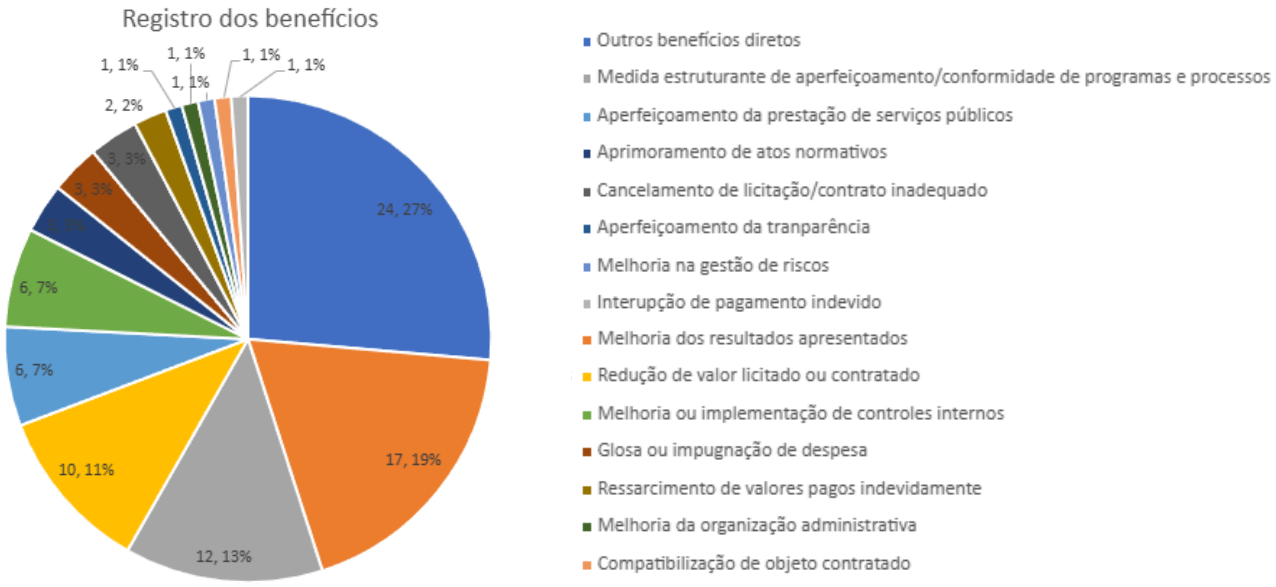
Nesse contexto, o exercício apresenta um balanço positivo, com a maioria das recomendações (67,5%) sendo plenamente atendidas pelos órgãos avaliados.

6.BENEFÍCIOS

A adoção da metodologia de mensuração de benefícios, por meio da Portaria nº 77/2025, tem possibilitado evidenciar, de forma sistemática, os resultados concretos decorrentes da atuação da CGE. No período em análise, foram contabilizados **91 benefícios**, os quais demonstram não apenas o fortalecimento de processos, rotinas e instrumentos de gestão, mas também a geração de impactos financeiros diretamente vinculados às recomendações formuladas pelas áreas finalísticas. Esses resultados reforçam a relevância das ações de controle e monitoramento, ao mesmo tempo em que contribuem para o aprimoramento da governança, da conformidade administrativa e da eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Do total registrado, **71 benefícios são qualitativos**, evidenciando avanços na organização administrativa, no aperfeiçoamento de processos e no fortalecimento dos mecanismos de controle interno. Esses benefícios foram identificados em pastas como Secretaria de Estado de Administração (Sead), Secretaria da Educação (Seduc), Secretaria da Retomada, Secretaria de Estado da Saúde (SES) e Secretaria da Cultura (Secult), distribuindo-se entre categorias definidas na Portaria n.º 77/2025, como:

- Outros benefícios diretos – **24**
- Melhoria dos resultados apresentados – **17**
- Medidas estruturantes de aperfeiçoamento/conformidade - **12**
- Aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos - **6**
- Melhoria ou implementação de controles internos - **6**
- Aprimoramento de atos normativos - **3**
- Melhoria na gestão de riscos – **1**
- Aperfeiçoamento da transparência - **1**
- Melhoria da organização administrativa - **1**



Esses resultados evidenciam impactos de natureza não financeira, mas altamente estratégicos, que fortalecem a estrutura institucional e qualificam a atuação administrativa. Trata-se de avanços que contribuem para o aumento da maturidade organizacional, o aperfeiçoamento dos processos internos e a consolidação de práticas mais eficientes e alinhadas às normas vigentes. Tais resultados refletem a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, reforçando o compromisso da Administração Pública com a eficiência e a responsabilidade.

Além disso, foram identificados **20 benefícios financeiros**, totalizando um valor estimado de quase **R$ 385 milhões**. Os valores apurados decorrem de medidas como redução de preços máximos em processos licitatórios, redução de valores contratuais, glosas ou impugnações de despesas, cancelamentos de contratos inadequados e ressarcimentos de valores pagos indevidamente, conforme tipologias previstas no Anexo Único da Portaria nº 77/2025.

- Redução de valor licitado ou contratado – **R$227.519.903,00**
- Glosa ou impugnação de despesa – **R$2.243.262,00**
- Cancelamento de licitação - **R$ 59.990.436,00**
- Ressarcimento de valor pago indevidamente – **R$1.097.286,00**
- Compatibilização de objeto contratado – **R$94.715.699,00**
- Interrupção de pagamento indevido – **R$47.803,00**

Observa-se que a maior parcela dos resultados financeiros decorre da atuação preventiva e corretiva em processos licitatórios e contratuais, o

que demonstra a relevância do acompanhamento técnico realizado antes e durante a execução das despesas públicas.

A expressividade desses números evidencia a capacidade da Controladoria-Geral do Estado de Goiás de gerar economia direta para o Estado, seja por meio da identificação de oportunidades de melhoria, da prevenção de prejuízos ao erário ou da correção de fragilidades nos processos administrativos. Além do impacto financeiro imediato, tais resultados contribuem para o fortalecimento da governança, o aprimoramento dos controles internos e a consolidação de uma cultura de responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

7.INDICADORES DA AUDITORIA

A mensuração de indicadores de auditoria é essencial para acompanhar o progresso e avaliar a eficácia das atividades ao longo do ano. Esses indicadores fornecem métricas objetivas para monitorar o desempenho da auditoria interna, identificar oportunidades de melhoria e garantir que os objetivos planejados estão sendo cumpridos.

A definição de indicadores específicos estabelece padrões claros de qualidade e eficiência, permitindo a comparação de resultados e a adoção de melhores práticas. De acordo com as diretrizes do Instituto dos Auditores Internos (IIA), a utilização de indicadores é indispensável para assegurar que a auditoria interna agrega valor à organização, além de promover a conformidade com normas profissionais e o aprimoramento contínuo dos processos.

Contudo, cumpre salientar que, devido ao processo de ampliação do uso do Sistema Integrado de Gestão (SIG) pelas áreas da CGE durante o exercício de 2025, o registro sistemático das ações de controle ainda se encontra em fase de consolidação em parte das unidades. Dessa forma, visto que o sistema está sendo gradualmente absorvido pela estrutura da Controladoria, os indicadores apresentados a seguir refletem, exclusivamente, os dados e resultados das áreas da Subcontroladoria de Auditoria Interna e Controle e da Subcontroladoria de Operações Especiais.

Com base nesses princípios, os seguintes indicadores de auditoria foram monitorados durante o exercício de 2025:

Indicador	Fonte	Responsável	Forma de Aferição	Unidade de Medida	Periodicidade do Indicador***	Valor consolidado 2025	Reporte previsto (documento / periodicidade / público-alvo)
Gestão do Orçamento da CGE	PPA, LOA e SIOFINET	SGI	Valor do orçamento anual autorizado da CGE/valor anual previsto na LOA para a CGE x 100	percentual	anual	104,50%	Relatório Orçamentário / Quadrimestral / Secretário-Chefe
Horas de treinamento/auditor	Sistema de Gestão por Competências	SAIC	Média das horas treinamento anual realizada por cada auditor	número	semestral	90,4	Relatório PDI / Anual / SAIC e Secretário-Chefe
Alcance das horas mínimas de treinamento	Sistema de Gestão por Competências	SAIC	Quantidade de auditores que atingiram as horas mínimas anuais de treinamento necessárias/total de auditores	número	anual	34 (SAIC)	Relatório PDI / Anual / SAIC e Secretário-Chefe
Envolvimento em organizações profissionais	SISLOG, SIOFINET, IIA, outros	SAIC	Quantidade de auditores vinculados a organizações profissionais (IIA, Conselhos, outros)	número	anual	60	Relação de servidores associados / documento SEI / SAIC e Secretário-Chefe
Servidores da CGE certificados em auditoria interna	QSP, IIA, outros	SAIC	Quantidade de auditores com certificações profissionais relevantes	número	anual	0	Relatório com nomes dos servidores certificados / SAIC e Secretário-Chefe
Taxa de Execução do PAAC	SIG	SAIC	Quantidade de ações de controle realizadas/quantidade de ações de controle planejadas conforme a força de trabalho existente	percentual	quadrimestral	92,10%	Relatório Quadrimestral SIG / SAIC e Secretário-Chefe
Número de ações de controle não planejadas	SIG	SAIC	Quantidade de ações de controle não planejadas realizadas	número	quadrimestral	82	Relatório Quadrimestral SIG / SAIC e Secretário-Chefe

Indicador	Fonte	Responsável	Forma de Aferição	Unidade de Medida	Periodicidade do Indicador***	Valor consolidado 2025	Reporte previsto (documento / periodicidade / público-alvo)
Equipe e horas alocadas no PAAC	SIG	SAIC	Quantidade de horas executadas no PAAC / quantidade de horas planejadas	percentual	quadrimestral	97,47%	Relatório SIG / SAIC e Secretário-Chefe
Serviços de consultoria e avaliação dos processos de governança, da gestão de riscos e dos controles internos	SIG / Office 360	SAIC	Somatório de consultorias e avaliações realizadas em programas contratos e órgãos/entidades em controle interno	número	quadrimestral	236	Relatório SIG / Quadrimestral / SAIC e Secretário-Chefe
Tempo médio de realização das auditorias - avaliação	SIG	SAIC	Média de dias entre a data de início e a data da conclusão da auditoria pela equipe técnica	número	anual	113,46 dias	Relatório SIG / Anual / SAIC e Secretário-Chefe
Tempo médio para a realização das auditorias - consultoria	SIG	SAIC	Média de dias entre a data de início e a data da conclusão da auditoria pela equipe técnica	número	anual	156,98 dias	Relatório SIG / Anual / SAIC e Secretário-Chefe
Eficácia das recomendações	SIG	GEAMON	Recomendações atendidas no período/recomendações concluídas no período x 100	percentual	quadrimestral	69,3%	Relatório SIG / Quadrimestral / SAIC e Secretário-Chefe
Índice de Percepção do Cliente	Programa da Qualidade	GEAMON	Índice de Satisfação (IS) da equipe técnica de cada trabalho, a partir das respostas às questões avaliativas, que pondera os níveis de satisfação de acordo com seus respectivos pesos. O IPC geral é obtido pela média dos resultados individuais (IS) de todos os trabalhos realizados.	percentual	semestral	100%	Relatório / Semestral / SAIC/Secretário-Chefe/CSCI

Indicador	Fonte	Responsável	Forma de Aferição	Unidade de Medida	Periodicidade do Indicador***	Valor consolidado 2025	Reporte previsto (documento / periodicidade / público-alvo)
Índice de Satisfação das Pastas	Programa da Qualidade	GEAMON	ISP = soma dos índices de satisfação das questões ÷ número de questões avaliadas.	percentual	anual	86,54%	Relatório / Anual / SAIC e Secretário-Chefe / CSCI
Benefícios Financeiros Apurados e Registrados	Programa da Qualidade/SIG	GEAMON	Valor total (em R$) dos benefícios financeiros (economias, ressarcimentos, desperdícios evitados etc.) apurados, validados e consolidados no SIG, decorrentes das ações de controle da CGE	Moeda	anual	R$ 385.614.389,00****	Relatório SIG / Semestral / SAIC e Secretário-Chefe
Benefícios qualitativos Apurados e Registrados	Programa da Qualidade/SIG	GEAMON	Melhorias estruturantes qualitativas percebidas em decorrência das ações de controle realizadas pela CGE	não se aplica	anual	Será mensurado em 2026*****	Relatório SIG / Semestral / SAIC e Secretário-Chefe
Índice Geral da Qualidade - IGQ	Programa da Qualidade	GEAMON	IGQ = (Resultado Monitoramento Contínuo + Resultado Avaliação Periódica) / 2. Média simples.	Nível de Conformidade (Inicial, Básico, Aprimorado ou Avançado)	anual	Será mensurado em 2026*****	Relatório / Semestral / SAIC e Secretário-Chefe / CSCI
Índice de eficiência na conclusão de trabalhos de auditoria (IECTA)	SIG	SAIC	IECTA= [(Trabalhos Concluídos + Trabalhos em Andamento/Trabalhos Iniciados) - (Trabalhos Cancelados / Trabalhos Iniciados + Trabalhos Substituídos / Trabalhos Iniciados +	percentual	anual	Será mensurado em 2026*****	Relatório SIG / Anual / SAIC e Secretário-Chefe

Indicador	Fonte	Responsável	Forma de Aferição	Unidade de Medida	Periodicidade do Indicador***	Valor consolidado 2025	Reporte previsto (documento / periodicidade / público-alvo)
			Trabalhos Pendentes / Trabalhos Iniciados)] x 100 IECTA = (Trabalhos Concluídos + Trabalhos em Andamento - Trabalhos Cancelados) / (Trabalhos Concluídos + Trabalhos em Andamento + Trabalhos Cancelados) x 100				
Índice de Desempenho de Auditoria (IDA)	SIG	SAIC	IDA = [(Horas de Auditoria Reais / Horas de Auditoria Orçadas) + (Dias entre Final do Trabalho de Campo e Relatório Final / Prazo Estabelecido para Relatório Final)] /2 x 100	percentual	anual	Será mensurado em 2026*****	Relatório SIG / Anual / SAIC e Secretário-Chefe

*O indicador considerou somente as auditorias realizadas pela Gerência de Auditoria de Conformidade e Desempenho.
**O indicador considerou somente as consultorias realizadas pela Gerência de Auditoria de Auditoria de Políticas Públicas.
***A periodicidade do indicador refere-se à apuração/consolidação. A periodicidade de reporte refere-se ao envio/apresentação à Alta Gestão, conforme Plano de Reporte.
**** Os valores de benefícios financeiros apresentados referem-se apenas aos montantes efetivamente registrados e validados no SIG. Não representam a totalidade dos benefícios gerados pelas ações de controle da CGE, pois o processo de registro está em fase inicial de implementação.
*****Os indicadores serão apurados no final do exercício de 2026, após a utilização do sistema por todas as áreas de auditoria interna.

8.ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A alocação da força de trabalho da Subcontroladoria de Auditoria Interna e Controle (SAIC) ao longo de 2025 refletiu a necessidade de ajustar continuamente a distribuição das horas de trabalho entre as diferentes atividades previstas no Plano Anual das Ações de Controle (PAAC). Do total de **43.008 horas planejadas**, foram executadas 41.918,20 horas, correspondendo a **97,47% da carga de trabalho originalmente prevista**, além de **383,6 horas destinadas a atividades não planejadas**, o que demonstra a necessidade de redirecionamento de esforços para atender demandas que surgiram ao longo do exercício.

Observa-se que a força de trabalho foi priorizada para atividades consideradas estratégicas, como **Avaliação**, que apresentou execução de **100,92% das horas planejadas**, e **Capacitação**, que alcançou **122,73%**, indicando investimento no desenvolvimento das competências da equipe. Destacam-se ainda as atividades de **Apoio e Inspeção**, que registraram execução superior ao planejado, com **129,10%** e **120,77%**, respectivamente
.
Por outro lado, algumas atividades registraram execução inferior ao planejado, como **Consultoria (75,88%)**, **Monitoramento (94,69%)** e **Gestão da Qualidade (88,95%)**, refletindo os ajustes necessários na distribuição da força de trabalho diante do quantitativo reduzido de servidores e da priorização de determinadas frentes de atuação ao longo do ano.

Esse cenário evidencia o esforço de gestão para direcionar os recursos humanos disponíveis às atividades de maior relevância institucional, ao mesmo tempo em que reforça os desafios relacionados ao dimensionamento da força de trabalho para atender, de forma equilibrada, as demandas planejadas e aquelas que surgem de forma extraordinária.

As horas planejadas e executadas para 2025 estão detalhadas na tabela a seguir, destacando a execução de 97,47% das horas previstas no PAAC.

Atividade	Horas Planejadas	Horas Executadas	% Executado/ Planejado
Apoio	4.489,00	5.795,40	129,10%
Avaliação	12.929,00	13.048,40	100,92%
Capacitação	1.478,00	1.814,00	122,73%
Consultoria	13.844,00	10.505,40	75,88%
Gestão da Qualidade	1.883,00	1.675,00	88,95%
Inspeção	4.372,00	5.280,00	120,77%
Monitoramento	4.013,00	3.800,00	94,69%
Total de hs PAAC	**43.008,00**	**41.918,20**	**97,47%**
Total de hs não PAAC	**0**	**383,6**	**0**

Obs.: O sistema ainda está em fase de ajustes para o cálculo de horas, considerando que sua utilização foi iniciada no decorrer do exercício

9.CAPACITAÇÕES

Em 2025, a Subcontroladoria de Auditoria Interna e Controle (SAIC) da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO) manteve seu compromisso com o desenvolvimento profissional de sua equipe técnica, promovendo ações de capacitação e certificação voltadas ao aprimoramento das competências dos auditores.

Para o exercício, foram inicialmente planejadas **1.478 horas de capacitação** destinadas aos **36 servidores** que compunham a equipe técnica no início do ano. Ao longo da execução, entretanto, as ações formativas foram ampliadas, totalizando **3.256 horas de capacitação em diferentes áreas de atuação**, **com carga horária majoritariamente voltada à área de auditoria interna**. Esse investimento contribuiu para o fortalecimento das competências técnicas da equipe, para a elevação dos padrões de qualidade dos trabalhos desenvolvidos e para o aprimoramento da capacidade institucional da SAIC na execução das ações de controle.

Entre as iniciativas realizadas, destaca-se a participação de 12 servidores na 45ª edição do Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI 2025), um dos mais importantes eventos do setor no país, com uma carga horária de 19 horas. O CONBRAI é reconhecido por oferecer conteúdos atualizados sobre tendências, inovações e melhores práticas em auditoria interna, além de promover o intercâmbio de conhecimentos entre profissionais de todo o Brasil.

Além disso, em 2025, 15 servidores da Controladoria-Geral do Estado (CGE) participaram da capacitação preparatória para a certificação **CIA (Certified Internal Auditor)**, realizada por meio do curso **GLEIM**. Dentre os participantes, um servidor realizou o exame CIA 1 ainda em 2025, porém não obteve aprovação nesta tentativa. Os demais servidores que concluíram a capacitação estão programados para realizar a prova CIA 1 ao longo de 2026, como parte das ações de fortalecimento das competências técnicas da auditoria interna.

O incentivo à capacitação é uma iniciativa essencial, pois contribui diretamente para a melhoria da qualidade das auditorias realizadas, promovendo análises mais criteriosas, identificação de riscos de maneira mais precisa e proposição de soluções que agregam valor às políticas públicas. Com uma equipe cada vez mais qualificada, a CGE-GO consolida seu papel estratégico na transparência, na accountability e na eficiência do uso de recursos públicos, beneficiando diretamente a sociedade goiana.

10.PROGRAMA DA QUALIDADE

O Programa de Avaliação e Melhoria da Qualidade das Ações de Controle (PAQ-Controle) é o pilar estratégico da CGE que assegura a excelência técnica e a integridade de todas as entregas da Subcontroladoria de Auditoria Interna e Controle (SAIC). Operando sob uma estrutura de visão 360º, o programa combina o monitoramento contínuo ao final de cada trabalho com avaliações periódicas rigorosas, que incluem revisões semestrais de conformidade normativa e pesquisas anuais de percepção junto à alta gestão. Essa arquitetura garante que a atuação da CGE mantenha um padrão de qualidade elevado e constante, sempre alinhado às melhores práticas de auditoria e consultoria.

Os benefícios do PAQ-Controle refletem-se diretamente na eficiência da gestão pública estadual, pois o programa transforma dados de desempenho em subsídios gerenciais para a melhoria contínua dos processos. Ao acompanhar indicadores como o **Índice de Percepção do Cliente** e os resultados das avaliações periódicas, a CGE identifica prontamente pontos fortes e oportunidades de ajuste em seus fluxos internos. Isso resulta em produtos de controle mais robustos, maior transparência e um fortalecimento do reconhecimento institucional perante os órgãos estaduais, consolidando a CGE como uma parceira estratégica na entrega de resultados para a sociedade.

Saiba mais!

Para conferir o detalhamento dos indicadores, gráficos de satisfação e a performance qualitativa completa de cada ciclo, consulte os Relatórios da Qualidade disponíveis no link: **Goiás.Gov**

11.LIÇÕES APRENDIDAS

Ao longo de 2025, as auditorias e consultorias realizadas pela Subcontroladoria de Auditoria Interna e Controle (SAIC) geraram importantes reflexões que fortalecem nossa capacidade de entregar trabalhos cada vez mais eficazes, ágeis e alinhados às expectativas da alta gestão e dos órgãos atendidos. As lições a seguir, consolidadas a partir das equipes técnicas, supervisores e órgãos auditados, apontam ações práticas a serem priorizadas, com o objetivo de tornar os trabalhos mais eficazes, ágeis e alinhados às expectativas da alta gestão e das unidades atendidas.

11.1. Planejamento e definição de prazos

Verificou-se a necessidade de estimativas de tempo mais realistas, considerando a complexidade do objeto e a experiência da equipe. Prazos reduzidos podem comprometer a profundidade das análises e a qualidade das entregas. O uso do histórico de auditorias registrado no SIG tende a contribuir para a elaboração de cronogramas mais precisos.

11.2. Dimensionamento de equipe e suporte institucional

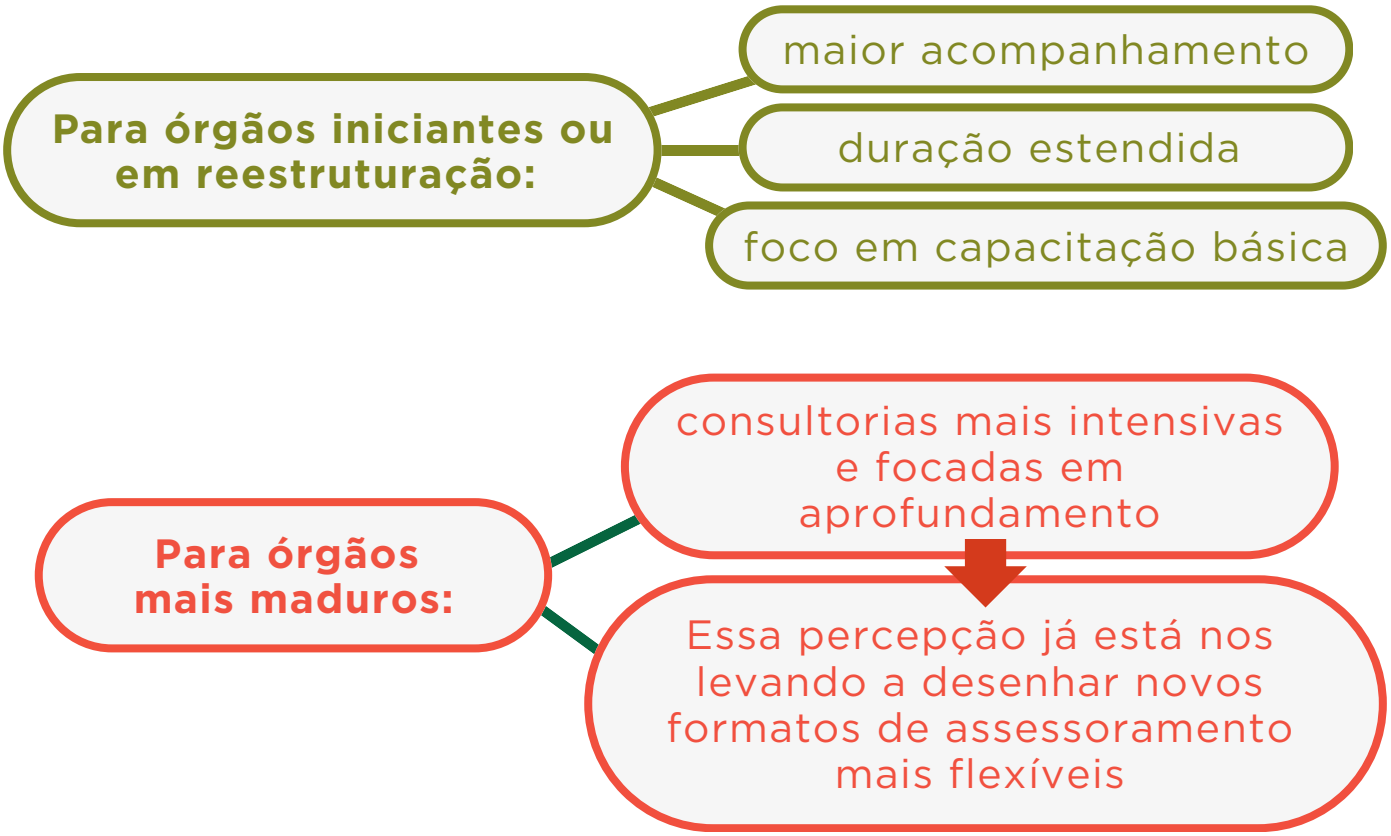
Observou-se a importância de dimensionar adequadamente o quantitativo de auditores para cada trabalho. A execução simultânea de diversas demandas e o quadro reduzido de pessoal limitaram, em alguns casos, a amplitude das análises, como o número de visitas *in loco*. Nesse contexto, destaca-se a relevância do suporte institucional da CGE, especialmente em períodos de maior volume de atividades.

11.3. Comunicação e engajamento com os órgãos atendidos

A qualidade das informações recebidas está diretamente relacionada à clareza e à antecedência da comunicação com os órgãos auditados. A realização de orientações prévias, presenciais ou virtuais, sobre as informações solicitadas e a forma de resposta tem contribuído para maior tempestividade e qualidade das informações. Além disso, o envolvimento da alta gestão desde o início dos trabalhos, especialmente nas consultorias, favorece o engajamento e amplia o impacto das recomendações.

11.4. Adaptação da metodologia ao nível de maturidade do órgão

Constatou-se que os órgãos apresentam diferentes níveis de maturidade em gestão de riscos e compliance, o que exige abordagens metodológicas diferenciadas:



11.5. Melhoria contínua dos instrumentos e ferramentas

A revisão de formulários, escalas de avaliação e modelos de plano de ação mostrou-se relevante para aumentar a clareza e reduzir ambiguidades. Ajustes na linguagem e a inclusão de exemplos práticos facilitaram a compreensão e a implementação das recomendações pelas equipes técnicas. O SIG também se consolidou como ferramenta importante para registro das informações e sistematização do aprendizado institucional.

11.6. Valorização do aprendizado e do esforço coletivo

Apesar das limitações enfrentadas, as equipes demonstraram elevado comprometimento e capacidade de adaptação, assegurando a qualidade das entregas. Os órgãos atendidos reconheceram a competência técnica da CGE e o valor das recomendações apresentadas, reforçando o papel da instituição como parceira na melhoria da gestão pública.

12.CONCLUSÃO

As lições aprendidas em 2025 reforçam a importância de transformar a experiência acumulada em aprimoramento institucional. Para 2026, serão priorizadas ações voltadas à elaboração de cronogramas mais realistas, melhor integração entre planejamento e dimensionamento de equipes, comunicação mais proativa com a alta gestão e unidades auditadas, ampliação das iniciativas de capacitação e desenvolvimento de instrumentos metodológicos ajustados ao nível de maturidade dos órgãos. Essas medidas visam fortalecer a atuação da CGE e ampliar sua contribuição para o aprimoramento da governança pública no Estado de Goiás.

Para conhecer em maior detalhe as lições aprendidas consolidadas em 2025, elas podem ser visualizadas na página do **PAQ-Controle:** Acesso

ANEXOS

- VINCULADOS AO PAAC **(acesse aqui)**
- NÃO VINCULADOS AO PAAC **(acesse aqui)**